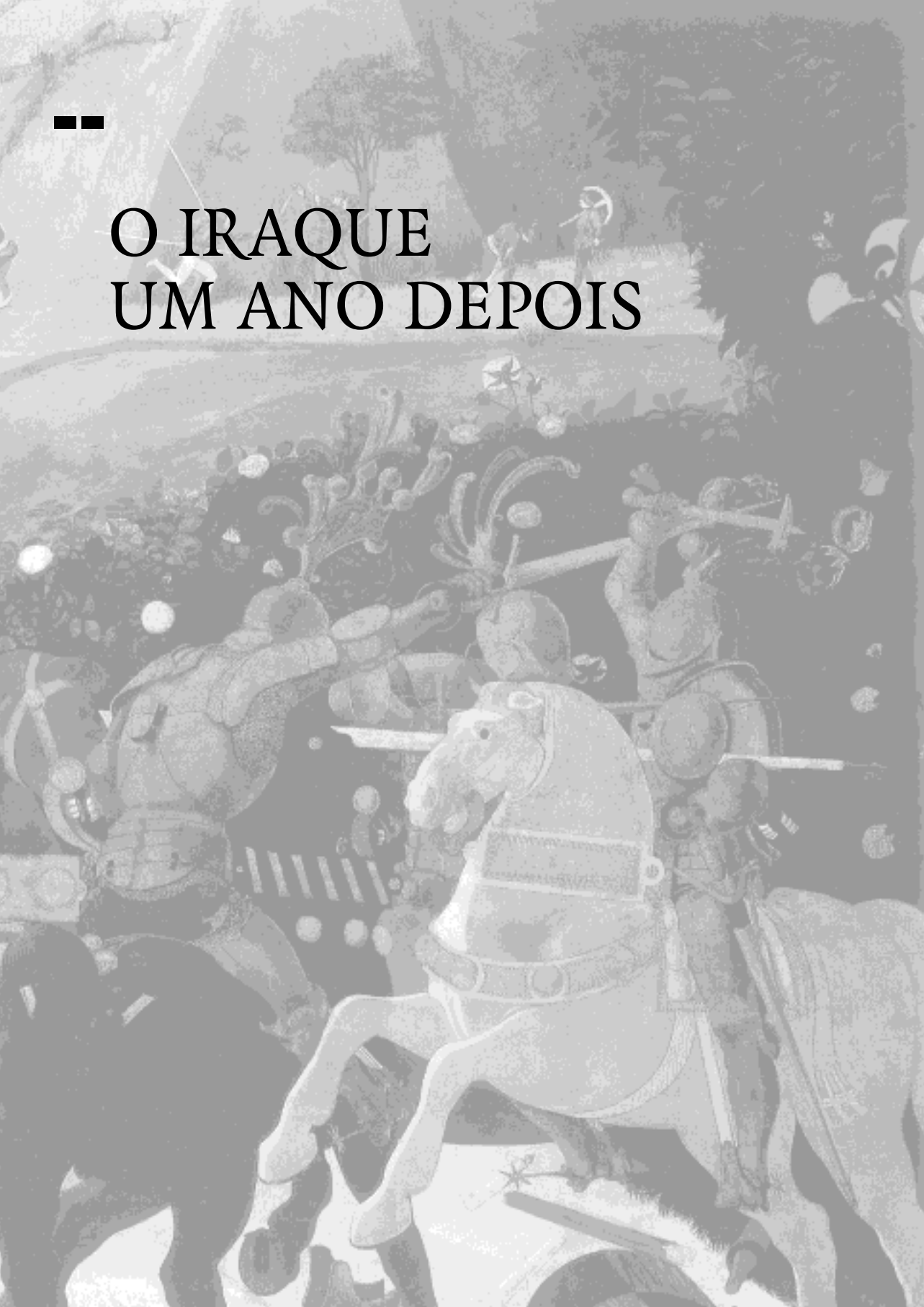




O IRAQUE UM ANO DEPOIS





ORIGENS DO IRAQUE

Em 1919, T. E. Lawrence era contra a unificação das províncias otomanas situadas entre a Síria, a Transjordânia e a Pérsia, e defendia a formação de um reino no Iraque, na Baixa Mesopotâmia, e outro em Jezireh, na Alta Mesopotâmia, ambos tutelados pelos irmãos do Xerife Hussein, Abdullah e Zeid, para assim completar o domínio Hachemita sobre o conjunto dos antigos territórios árabes desde o Hijaz ao Mossul. A sua tese não prevaleceu e Arnold Wilson, o comissário britânico em Bagdade, impôs a sua linha de «unir para reinar»: o Iraque acabou por se constituir integrando Basra, Bagdade e Mossul.

T. E. Lawrence, na fotografia, usa o uniforme da Royal Air Force, e monta a sua Brough. **RJ**

DEPOIS DO IRAQUE

José Cutileiro

Numa tarde lúgubre do Inverno de 1968, na cave de um colégio de Oxford, o Professor Chimen Abramsky que nesse semestre vinha de Londres todas as quintas-feiras falar-nos sobre Marx e Engels, contou que Marx percebera imediatamente a importância capital da Comuna de Paris para o futuro da Europa; Engels só percebera quinze dias depois (não é por acaso que a gente diz Marx e Engels e não Engels e Marx). Um chinês, mesmo marxista, desconfiaria de tanta rapidez. Quando alguém lhe perguntou quais tinham sido, na sua opinião, as consequências principais da Revolução Francesa, Chu-en-Lai respondeu que era ainda cedo para se poder saber.

Quem não seja dotado da intuição do autor de *O Dezoito Brumário de Luís Napoleão*, ou da prudência do mais mandarínico dos Comissários, opinará sempre com incerteza sobre a história dos homens porque relações de causa e efeito são nela muito mais difíceis de estabelecer do que nas ciências naturais, e padrões de bem e de mal variam de lugar para lugar, tal como os comprimentos da vara e do côvado no Portugal da Idade Média.

DESUNIÃO TRANSATLÂNTICA

O exercício será tão mais incerto quanto mais complexo e controverso for o problema. A guerra do Iraque, ganha pela coligação há quase um ano, despertou emoções fortes nos Estados Unidos, no Médio Oriente, na Europa, nos países muçulmanos da África e da Ásia, um pouco por toda a parte do mundo, e em muitos lugares essas emoções não enfraqueceram até agora.

Além disso, há quem sustente que a guerra não acabou ainda. Para uns só acabará quando as forças da coligação retirarem e o Iraque voltar a ser governado por iraquianos; para outros trata-se de um capítulo da guerra contra o terrorismo internacional que não tem fim à vista. Mesmo que decidamos fazer um corte nesse fluxo e dizer: vamos olhar para trás agora e avaliar o que vimos, seria preciso escolher a faceta que nos interessasse. Com efeito, há poucos aspectos e problemas de relações internacionais contemporâneas com os quais a crise e a guerra iraquianas não tenham bulido: direito internacional, justiça e injustiça de guerras, papel do multilateralismo e, em especial, da ONU, políticas externa e interna dos Estados Unidos, única superpotência, relações entre cristianismo, judaísmo e Islão, conflito israelo-palestino, prevenção (e promoção) de conflitos, armas de destruição massiva, terrorismo internacional, petróleo – e por aí fora.

Nestas linhas curtas vou concentrar-me nas relações entre os Estados Unidos e a União Europeia. A crise pareceu fazer culminar o desacordo crescente entre europeus e americanos desde a tomada de posse do Presidente Bush em Janeiro de 2001. Mas nesse clímax houve uma diferença importante dos diferendos que o tinham precedido. Quanto ao Protocolo de Quioto, ao Tribunal Criminal Internacional, ao Tratado ABM, à convenção sobre pequenas armas de fogo, a outras pendências menores, os governos europeus estavam, em bloco, contra a administração americana, mas quanto ao Iraque, como é sabido, dividiram-se. Reino Unido, Espanha, Itália, Dinamarca, Portugal (e os países candidatos do Leste da Europa) solidarizaram-se com os Estados Unidos. França e Alemanha encabeçaram uma frente antiguerra levando outros atrás, mais molemente. Desde Setembro de 2002, por razões puramente eleitoralistas, Gerhard Schröder opusera-se a Washington, reivindicando uma posição pacifista – nem com mandato do Conselho de Segurança da ONU a Alemanha se juntaria à coligação. (Quatro anos antes, no começo do seu governo, por outras conveniências políticas mandara alacrememente tropas alemãs participarem no ataque da OTAN à Jugoslávia – ataque também feito à revelia do Conselho de Segurança). Em França, onde atizar o braseiro do antiamericanismo dá sempre resultado seguro, Chirac e Villepin levantaram as suas vozes em nome da legalidade internacional. Dos dois lados do Reno, as opiniões públicas estavam, na sua grande maioria, com os governantes. Na Alemanha, alguns políticos democratas-cristãos e liberais indignaram-se com a linha do governo, sem conseguirem modificá-la. Em França, pelo contrário, a oposição apoiou o Presidente. E os intelectuais, que em Paris têm peso político, também o fizeram – com excepção de uma meia dúzia deles, quase todos judeus.

O público americano, traumatizado pelos ataques de 11 de Setembro, convencido pela propaganda da administração Bush de que o Iraque tinha armas nucleares, químicas e biológicas prontas para serem usadas e de que Saddam estava conluiado com Bin Laden, considerou a guerra um acto necessário, ao mesmo tempo justiceiro e profiláctico. Ainda hoje, apesar de não terem sido encontradas no Iraque quaisquer armas de destruição massiva, nem ter sido feita prova de ligações entre Bagdade e a Al-Qaida, metade dos americanos acham que o Presidente fez bem em ir para a guerra.

Para os públicos europeus – mesmo de países cujos governos apoiaram os Estados Unidos – a guerra era entre um Golias bárbaro e injusto e um David, talvez mal comportado, mas mais perto do que o seu inimigo transatlântico do berço da nossa civilização. Apesar do historial de crimes de Saddam e da revelação, nos últimos meses, de ainda mais horrores do seu regime do que os que já eram conhecidos, a condenação popular da guerra – da decisão americana de ir para a guerra – mantém-se, reforçada exactamente por não terem aparecido armas proibidas nem sinais de conspiração entre Bin Laden e Saddam. A mudança de regime em Bagdade, justificação da guerra que satisfaz muitos americanos, não é aceite pelos povos europeus.

Com os governos, porém, a história é outra. Apesar de visões da crise muito diferentes da americana e da britânica, no Outono de 2002, Paris e Berlim tinham-se posto de acordo com Washington, para a aprovação unânime da Resolução 1441 do Conselho de Segurança que intimava mais uma vez o Iraque a desarmar. Mas o acordo não resolvera o diferendo – apenas o disfarçara. A seguir a desavença agravou-se, não foi possível obter outra resolução do Conselho de Segurança e a coligação foi para a guerra sem a bênção das Nações Unidas. Políticos alemães

e, sobretudo, franceses, entraram numa obsessão antiamericana vociferante e políticos americanos pagaram-lhes na mesma moeda. Alguns comentadores não se lembravam de desarrumo ocidental maior desde a crise do Suez em 1956 e preconizavam o fim da OTAN. Assim que a guerra acabou, porém, ambas as partes perceberam que tinham de se entender. Por três razões principais. Os europeus não poderiam arriscar o afastamento permanente dos Estados Unidos, de quem a sua defesa e a sua segurança ainda hoje dependem. Os americanos precisavam de cooperação europeia quer na luta contra o terrorismo internacional quer na reconstrução do Iraque, que se revelou logo muito mais lenta, complexa, arriscada e dispendiosa do que os neoconservadores entusiastas da instalação musculada da democracia na Mesopotâmia haviam imaginado, quer na pacificação geral do Médio Oriente. Além disso, ambas as partes estão tão imbricadas por fluxos financeiros, investimentos cruzados e trocas comerciais vantajosas que um abaixamento de tensão transatlântica lhes convém muitíssimo. Por tudo isto se foi caminhando para a acalmia que permitiu a aprovação unânime pelo Conselho de Segurança, em Outubro, da Resolução 1511, virada para a construção da paz no Iraque.

Entretanto, contrariamente ao que isolacionistas americanos e fanáticos da autonomia europeia tinham previsto com *Schadenfreude* antecipado de cada lado do Atlântico, a OTAN, onde a cooperação entre Europa e Estados Unidos encontra a sua melhor expressão institucional e operacional (onze aliados são membros da União, três entram nela em Maio, e a Turquia não sai da bicha – para não falar de candidatos a ambos os clubes), continua viva e sã na Bósnia, no Kosovo, no Afeganistão e talvez vá ainda para o Iraque.

A crise transatlântica ou, talvez mais rigorosamente, a desavença entre a administração Bush e os governos da França e da Alemanha foi tão grave, porém, e as acusações e insultos de parte a parte tão pouco usuais, que passará algum tempo antes de relações correctas se restabelecerem. A vontade europeia de lá chegar é grande. O contorcionismo fácil de Schröder, ajudado pela ausência de antiamericanismo de fundo na Alemanha, já começou a dar dividendos, com encontro cordial do Chanceler e de Bush em Nova Iorque, filmado e fotografado no começo da Assembleia Geral das Nações Unidas. Pela mesma altura, o encontro Bush-Chirac foi menos expansivo e os americanos restringiram a sua cobertura jornalística. Mas, quando tal lhes convenha, os dois homens – o *bon vivant* sem bagagem metafísica pesada e o asceta *born again* – são useiros e vezeiros em práticas contraditórias de princípios que tenham afirmado. Como a normalização conviria a ambos, trabalham por ela. A embaixada de França em Washington, pela primeira vez na sua existência, contratou os serviços de um lobista. E a vontade americana de normalização, preferida desde o começo da crise pelo State Department e pelos militares, também se afirma. Logo a seguir à cimeira pan-americana de Monterey, em Janeiro, onde Bush disse ao Primeiro-Ministro do Canadá que empresas canadianas passariam a serem admitidas

ALGUNS COMENTADORES NÃO SE LEMBRAVAM DE DESARRUMO OCIDENTAL MAIOR DESDE A CRISE DO SUEZ EM 1956 E PRECONIZAVAM O FIM DA OTAN. ASSIM QUE A GUERRA ACABOU, PORÉM, AMBAS AS PARTES PERCEBERAM QUE TINHAM DE SE ENTENDER.

A CRISE TRANSATLÂNTICA FOI TÃO GRAVE, PORÉM, E AS ACUSAÇÕES E INSULTOS DE PARTE A PARTE TÃO POUCO USUAIS, QUE PASSARÁ ALGUM TEMPO ANTES DE RELAÇÕES CORRECTAS SE RESTABELECEREM.

a negócios iraquianos (de que tinham sido excluídas por o governo do seu país se ter oposto à guerra) a administração em Washington fez saber que, na mesma nova *tranche* de contratos, tal se passaria também com empresas francesas e alemãs.

UM CASO ÚNICO

Por causa do interesse em boas relações mútuas de europeus e americanos, de que ambas as partes se aperceberam vivamente quando estiveram à beira de as pôr em causa, o Iraque ficará, a meu ver, como caso único. Aconteceu porque americanos neoconservadores e unilateralistas da velha guarda, frustrados por oito anos de equívocos, falinhas mansas e paninhos quentes de Clinton e inebriados pelo poder bélico sem par dos Estados Unidos julgaram que, de um penada, poderiam instalar a democracia no Iraque (que daria um exemplo à região) e levar segurança a Israel sem precisarem da ajuda de aliados e mesmo, se tivesse de ser, contra a vontade do resto do mundo. Era quando Bush dizia: quem não está connosco está contra nós. Descobriram entretanto o seu engano e aprenderam que a superpotência exerce melhor o seu poder quando utiliza o arsenal diplomático multilateral à sua disposição do que quando o ignora e, por isso, precisa de aliados.

Por seu lado, os europeus, mormente a França e a Alemanha, ao oporem-se aos Estados Unidos da maneira como o fizeram não só, em vez de evitarem a guerra, a tornaram inevitável mas também mostraram o seu pouco peso na cena internacional. (Tornaram a guerra inevitável porque o seu antiamericanismo estridente e prosélito reforçou em Saddam Hussein a ilusão de que, por fim, os americanos não atacariam. Se, perante uma frente internacional unida, se tivesse sentido mesmo entre a espada e a parede, o ditador de Bagdade teria tentado negociar o exílio, como tentou negociar o estatuto de prisioneiro de guerra quando saiu do buraco. Não é o género de homem que se sacrifique por uma causa – matar por ela, com certeza, morrer não). Mais gravemente, França e Alemanha expuseram o seu recurso a «dois pesos-duas medidas», ao falarem pela Europa sem pedirem licença aos parceiros menos poderosos, culminando na ameaça malcriada de Chirac aos países candidatos por estes apoiarem os Estados Unidos. Perderam a autoridade moral de que se arrogavam e que alardearam durante a crise. De resto, a violação do Pacto de Estabilidade veio depois confirmar que, exactamente como para Washington, para Paris e Berlim, o respeito do direito internacional, de que tinham feito cavalo de batalha contra o intervencionismo unilateral americano no Iraque, é uma preferência e não uma obrigação. (E os americanos, ao menos, podiam fundamentar-se em mais de uma dúzia de resoluções do Conselho de Segurança da ONU que o Iraque desrespeitara). Evocam-no por interesse próprio, quando a relação de forças tal lhes recomende – geralmente, quando se souberem mais fracos do que aqueles a quem tenham de se opor. Como se tudo isto não chegasse para amainar o sopro moralizante que lhe ufanava as velas, a França, há um ano paladina da rua árabe, passou a ser detestada nela por causa da maneira desastrosa de interferir no uso do véu por raparigas muçulmanas, em escolas oficiais da República.

Um argumento moral contra a guerra existia e, quer se aceitasse quer não, era respeitável. Só que não era, afinal de contas, o dos governos europeus que se opunham aos Estados Unidos e assim a ética ou falta dela da intervenção sumiu-se do debate político transatlântico. O lema agora é: o que lá vai, lá vai. O que se ouve dizer é que o que interessa é o futuro – e oportunidades

económicas para toda a gente no Iraque parecem confortar esse interesse. Objecções de outra natureza sobrevivem mas não são convincentes. Contrariamente a elas, desde o derrube de Saddam, o Iraque é um lugar onde, apesar da insegurança e dos desconfortos, se está começar a construir um sistema político decente; o terrorismo internacional não é menos vigiado e prevenido entre nós do que seria se não tivesse havido guerra; em quase todo o Médio Oriente ferve a vontade de mudança política; se a questão israelo-palestina se agrava, não é por o Iraque ter sido atacado mas porque os Estados Unidos se recusam abjectamente a desempenhar um papel director activo, não fosse o Presidente perder votos de sionistas e de fundamentalistas cristãos na eleição de Novembro.

E O QUE FARIA O PRESIDENTE GORE?

Apesar da animação de há um ano, o melhor ou pior estado das relações transatlânticas já não se pode atribuir à atitude do Presidente Bush quanto ao Iraque – a qual, de resto, foi enganadora desde o princípio por fazer muita gente pensar que só houve guerra por estar na Casa Branca um *cowboy* texano. Por mim, imagino sem dificuldade que um Presidente Gore, depois de derrotados os talibãs, tivesse resolvido aplicar a sério a linha política traçada no tempo de Bill Clinton e forçado uma mudança de regime em Bagdade. Talvez sem guerra, depois de conseguir juntar muitos aliados à ameaça militar e quebrar Saddam sem disparar um míssil. Talvez chefiando uma guerra da «comunidade internacional» que ignorasse protestos russos, como no Kosovo. Ou talvez contando praticamente só com o seu amigo Tony Blair embora, se o estilo das relações das duas administrações Clinton com o estrangeiro se houvesse mantido, provavelmente sem suscitar oposição estridente do resto do mundo. As maneiras têm muita importância em relações internacionais – e na administração Bush há quem parecesse fazer gala em ser malcriado com europeus. Também aí as coisas têm melhorado.

Pode-se ser contra a filosofia política que anima hoje a Casa Branca, o Ministério das Finanças, o Ministério da Justiça, o Pentágono. Pensar que os Estados Unidos estão desgovernados e os défices lhes criarão enormes problemas futuros; que a erosão dos direitos do homem causada pelas medidas tomadas para combater o terrorismo internacional é muito maior do que poderia ser se a administração não as aproveitasse para dar largas ao seu pendor repressivo; que a maneira americana de fazer gestão militar de crises ajuda a perpetuá-las em vez de ajudar a resolvê-las. E que, se esta visão sombria corresponder ao que se passa, o mundo em geral e os europeus em particular irão sofrer. Um colega meu polaco entendia que a importância dos Estados Unidos era tal que deveríamos todos poder votar nas eleições americanas. (Isto ainda no tempo da Guerra Fria – e o homem era um *apparatchik*).

Não podemos, e teremos de tratar com as administrações que os americanos escolherem, em contactos bilaterais e na teia habitual de ligações multilaterais, que saiu reforçada desta crise.

O LEMA AGORA É: O QUE LÁ VAI, LÁ VAI.
O QUE SE OUVI DIZER É QUE O QUE INTERESSA
É O FUTURO – E OPORTUNIDADES ECONÓMICAS
PARA TODA A GENTE NO IRAQUE PARECEM
CONFORTAR ESSE INTERESSE.

POR MIM, IMAGINO SEM DIFICULDADE QUE
UM PRESIDENTE GORE, DEPOIS DE DERROTADOS
OS TALIBÃS, TIVESSE RESOLVIDO APLICAR A SÉRIO
A LINHA POLÍTICA TRAÇADA NO TEMPO
DE BILL CLINTON E FORÇADO UMA MUDANÇA
DE RÉGIME EM BAGDADE.

Depois do que se passou desde há um ano e meio para cá, Bush veio pedir ajuda a Kofi Annan para a transição iraquiana, não por tática política nem para agradar a uma clientela eleitoral, mas porque precisa das Nações Unidas. Por seu lado, este Secretário-Geral não sofre das ilusões de alguns dos seus predecessores e sabe que precisa da força e da influência dos Estados Unidos. *Mutatis mutandis*, entendimento semelhante existe entre americanos e europeus, desde que, dos dois lados, se tenha consciência de que, agora e no futuro previsível, uma relação sólida entre as duas margens do Atlântico Norte é condição *sine qua non* da segurança do mundo (começando pela nossa própria), não fará muita diferença que sejam republicanos ou democratas a predominarem no governo dos Estados Unidos e democratas-cristãos ou sociais-democratas a predominarem nos governos europeus. O mundo a seguir a 11 de Setembro de 2001 é muito parecido com o mundo antes de 11 de Setembro de 2001. Ou, pelo menos provisoriamente, assim entenderia Zhou Enlai. **RI**